

# OS EFEITOS DA EXPANSÃO DO CAPITAL ASSOCIADO NO NORTE DO ESPÍRITO SANTO: COMPLEXO ARACRUZ CELULOSE<sup>1</sup>

The effects of associated capital expansion in the north of Espírito Santo: Aracruz Celulose Complex

Geraldiny Malaguti<sup>2</sup>

**Resumo:** A expansão do capital associado e o capital dependente dos países periféricos do sul global, principalmente no Brasil, com a inauguração do regime militar (1964-1985) estabeleceu acordos financeiros entre os setores civis empresariais e militares. Tais acordos beneficiaram, em grande medida, ao setor empresarial da sociedade, incluindo os empreendimentos estrangeiros. O artigo investiga como a Aracruz Celulose adquiriu suas terras por meio de violações dos direitos humanos principalmente às populações indígenas e quilombolas. Assim, esses povos desenvolvem inúmeras estratégias de resistências para permanência em seu local de origem e manutenção de suas culturas, bem como impedir o avanço do monocultivo de eucalipto na região e danos ao meio ambiente.

**Palavras-Chave:** capital associado. ditadura empresarial-militar. monocultivo de eucalipto. violações de direito. quilombolas.

**Abstract:** The expansion of associated capital, coupled with the dependent capital from peripheral countries in the global South, particularly in Brazil, during the military regime's inauguration (1964-1985), gave rise to financial agreements between civilian business and military sectors. These agreements disproportionately favored the business sector of society, including foreign enterprises. The article delves into the manner in which Aracruz Celulose acquired its lands through human rights violations, primarily impacting indigenous and quilombola populations. Consequently, these communities developed numerous strategies of resistance to maintain their original locales, preserve their cultural identities, and thwart the encroachment of eucalyptus monoculture in the region, along with its attendant environmental repercussions.

**Keywords:** associated capital. business-military dictatorship. eucalyptus monoculture. rights violations. quilombolas.

## 1 INTRODUÇÃO

Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecnoburocrática, uma série de anéis de poder burocráticos-empresariais objetivando a articulação de seus próprios interesses.

---

<sup>1</sup> Parte das análises que constam neste artigo foram extraídas do Relatório de pesquisa sobre a existência de violações de direitos operadas pelo Grupo Aracruz Celulose S/A, durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985). Dentre a equipe de pesquisadores deste projeto, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Joana D'Arc Fernandes Ferraz (UFF), consta a autora deste artigo. Esta pesquisa foi resultado do Edital de seleção de pesquisas sobre "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura", proposto pelo Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), financiado pelo MPF com recursos provenientes do Termo de Ajuste de Conduta (TAC,) da Volkswagen do Brasil. Para maiores informações acesse o site <https://lab-lace.webnode.page/aracruz-celulose-s-a>.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFF.

Ao que destaca Dreifuss (1981), muitas associações de classe internacionais tinham interesses diretos em transações econômicas no Brasil e, acabaram por se envolver em distintas formas de pressão ao governo brasileiro, para atuarem de acordo com seus interesses. Assim, as companhias multinacionais ofereciam apoio financeiro como também ideológico político às suas congêneres brasileiras. Além de interviriam diretamente no sistema e regime político brasileiro através de suas subsidiárias em favor de seus interesses particulares (DREIFUSS, 1981).

O principal objetivo era “compartilhar governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica.” Os mais proeminentes foram Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e (IBAD) e o Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP).

De acordo com Dreifuss (1981)

... O CONCLAP atacava sem trégua comunismo e apresentava uma defesa intransigente da empresa privada, [...] e do capital estrangeiro, [...] tornou-se pública também sua oposição implacável ao controle de preços, ao direito de greve (DREIFUSS, 1981, p. 97).

O IBAD recebia contribuições financeiras de empresários brasileiros e de estrangeiros que estavam descontente com a disparada da inflação e a política. Durante sua existência, teve grande influência tanto dentro do legislativo, apoiando e financiando candidatos que estiverem alinhados aos seus valores, quanto no poder Executivo em governos estaduais. Atuou ainda em movimentos estudantis, camponeses e sindicais como o Movimento Anticomunista (MAC) (DREIFUSS, 1981).

Já o IPES era uma instituição que congregava alguns militares e empresários com alto grau de consciência de classe e objetivo claro de defesa contra qualquer a possibilidade da instalação de um governo mais à esquerda, mesmo que reformista. Os ativistas do complexo IPES/IBAD estavam liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, baseado numa infraestrutura de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG), que se colocava no centro da campanha político-militar contra J. Goulart.

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado (DREIFUSS, 1981, p. 161 e 162).

Cabe ressaltar que o empresário norueguês Erling Lorentzen, um dos fundadores da Aracruz, é citado por Dreifuss (1981), como um dos diretores/acionistas da NORBRASA

## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

---

METALÚRGICA S.A., Sociedade Participações Industriais e Lorentzen que aparece como um dos colaboradores do IPES (DREIFUSS, 1981, p. 508).

O que unia essas três instituições eram suas “relações econômicas multinacionais e associadas, o posicionamento anticomunista e a ambição de readequar e reformular o Estado” (DREIFUSS, 1981, p.163) IBAD possuía uma atribuição mais prática tomando para si os fracassos e vitórias, enquanto o IPES seria o centro estratégico das ações elaboradas, se expondo menos e se preservando.

O complexo IPES/IBAD atuou coletando informações políticas em diversos órgãos dentro da administração pública, incluindo a militar. Disseminou o ódio e a ameaça comunista em toda a sociedade brasileira, principalmente entre os oficiais de médio/baixo escalão. Estreitou laços políticos e ideológicos entre militares e empresários, utilizando sem modéstia das Forças Armadas para incitar e liderar um golpe empresarial-militar (DREIFUSS, 1981).

Assim, proporcionou a infraestrutura para a ação de classe do bloco de poder burguês entre 1962 e 1964. Reunidos em distintas instâncias de poder, com destaque para a ESG, o bloco de poder burguês, conseguiu preparar o cenário dentro das camadas populares, por meio da mídia, contra o Executivo de João Goulart (DREIFUSS, 1981).

### 2 REGIME DITATORIAL E A TECNOCRACIA

Para o Ianni (2019), a “Ditadura adotou o planejamento como retórica de governo. Tratava-se de fortalecer o aparelho estatal [...] de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada de capital” (IANNI, 2019, p. 27 e 28).

De acordo com Bresser Pereira, o golpe militar de 1964 teve as mesmas origens dos golpes de 1955 e 1961, caracterizados pelo anticomunismo radical, pelo desenvolvimentismo e associados à Doutrina de Segurança Nacional. Mas havia, no entanto, um elemento novo, isso porque além de contar com o apoio dos Estados Unidos, contou ainda com todo o apoio da burguesia nacional brasileira. Destaca-se a burguesia industrial que nas últimas três décadas havia se associado e entranhado na burocracia estatal e os trabalhadores urbanos para conseguir comandar o processo de industrialização nacional (BRESSER-PEREIRA, 2013).

O que se verificou foi uma bem elaborada conjunção entre os interesses da ditadura, no sentido da ordem social – considerando o elemento de segurança social para se trazer, ter e fazer investimentos – e os interesses econômicos de empresas privadas, com o objetivo de elevar a acumulação capitalista expropriando ao máximo as classes trabalhadoras. Nessa

consonância, o avanço do pensamento ditatorial permeou todo o tecido social nas áreas da educação, cultura, meios de comunicação, entre outras. Segundo Ianni (2019), todos os campos da política nacional foram alcançados, reorientados, bloqueados ou reprimidos (IANNI, 2019).

Segundo Dalcomuni (1990), a economia do início do período ditatorial pode ser considerada como uma fase de transição, uma vez que funciona como preparação de uma nova etapa da economia brasileira, definida a partir de 1968. Esta etapa tinha o fortalecimento do Estado com este induzindo o desenvolvimento econômico e intensificando o caráter exportar do país na economia global, o processo de deu a partir de investimentos pesados na industrialização, na modernização da agricultura e na intensificação do processo de internacionalização da economia brasileira (DALCOMUNI, 1990).

Assim, a partir do Pacto Autoritário-Modernizante de 1964, no qual se encontravam de forma tão bem amalgamada a tecnoburocracia pública civil e militar e a burguesia industrial, o Estado controlava significativamente uma parte da economia nacional por intermédio

de empresas públicas; planejava os grandes investimentos em infraestrutura e na indústria de base; estabelecia a política fiscal e cambial; política monetária; promovia uma política industrial que se confundia com a política macroeconômica, na medida em que o sistema de tarifas de importação e de subsídios à exportação equivaliam ao controle da taxa de câmbio com a neutralização da doença holandesa (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 351).

A ditadura empresarial-militar tinha como objetivo principal, segundo Ianni (2019, p. 69), “criar as condições práticas e ideológicas para que as forças do mercado pudessem desenvolver-se amplamente, com o predomínio da livre empresa.”

Desse modo, o que se verificou foi uma acentuada reestruturação do aparelho do Estado a partir de criação de órgãos, redefinições de outros já existentes e uma nova concepção financeira estatal por meio da reforma fiscal estabelecida em 1966. Institucionalizou-se, assim, um complexo aparato legal com distintos objetivos com mecanismos de concessão de incentivos, financiamentos e atividades produtivas gerais e específicas (DALCOMUNI, 1990).

Nessa conformidade, a partir do ano de 1967, a industrialização brasileira não era apenas de substituição das importações, como também diversos setores bem desenvolvidos, com grande êxito para a exportação de bens manufaturados. O coeficiente de importações já não se demonstrava como uma preocupação para o quadro econômico, mas a inflação sim, era um problema a se combater (BRESSER PEREIRA, 2013).

## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

---

No governo de Costa e Silva a o quadro social da participação política se ampliava, incluindo a presença de empresários industriais, “ao mesmo tempo em que a estratégia nacional de desenvolvimento se tornava desenvolvimentista — mas agora um desenvolvimentismo conservador em vez de relativamente progressista como fora o de Vargas” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 338).

No ano de 1968, foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) para os anos de 1968-1970. Previa o combate à inflação, ampliação de oportunidades de emprego e a aceleração do crescimento econômico a partir da expansão da capacidade produtiva. O PED tinha, acima de tudo, o objetivo de expandir os setores considerados “dinâmicos”, como os setores de bens de capital e de bens intermediários. Havia, portanto, a necessidade de recursos para financiamento, transformando o BNDES no grande financiador desse plano (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2012).

### 3 BNDES E OS INVESTIMENTO NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE

A partir do novo pacto em 1964, o banco passa a administrar outros fundos como: o Funar (Fundo Agroindustrial de Reversão), o Funtec (Fundo de Desenvolvimento Tecnológico e Científico), o Finame (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais), o Fundepro (Fundo de Desenvolvimento da Produtividade) e o Fungiro (Fundo Especial para Financiamento de Capital de Giro) (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2012).

Segundo Juvenal e Mattos (2002), em documentos internos do BNDES, o projeto da Aracruz consistia na instalação da fábrica no município de Aracruz/ES. O banco teve a participação inicial de 55,1% dos investimentos, ainda incluía a compra de maquinário e equipamento. Concedeu, ainda outros tipos de recurso provenientes de inúmeros programas como veremos a frente (JUVENAL; MATTOS, 2002).

A fábrica de celulose, localizada em Barra do Riacho, no município de Aracruz, litoral norte do Espírito Santo, e a área florestal, possuíam uma extensão de 200 mil hectares que se estendia até o sul da Bahia, constituía um grande empreendimento que integrava um porto cativo e um bairro residencial.

O projeto, cuja avaliação pelo BNDES foi concluída em 1974, previa investimentos da ordem de US\$ 400 milhões e a geração de emprego para 600 pessoas na fábrica e mais de mil nas florestas (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1991).

Assim, o Sistema do banco, utilizando todo seu leque de produtos financeiros e de modalidades operacionais, participou decisivamente da implantação da Aracruz Celulose. No conjunto, o apoio do BNDES desse percentual 55,1% do investimento total, englobando financiamento direto na empresa e aos acionistas, prestação de garantia, empréstimo para aquisição de máquinas e equipamentos via FINAME, e participação acionária do Banco e de sua subsidiária BNDESPAR. O banco concedeu diversas colaborações financeiras ao Projeto Aracruz Florestal e Aracruz Celulose, em distintas modalidades, chegou a adquirir 40,89% do capital votante e 33,32% do capital total (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1991).

No cenário de crise mundial a partir de 1973, o governo Geisel lança o II PND que, pretendia implantar um conjunto ambicioso de projetos de bens de capital e insumos básicos, porém projetava taxas de crescimento do produto mais modestas daquelas obtidas pelo I PND (MANTEGA, 1997).

Nessa consonância e baseado no II PND, que considerava o setor de papel e celulose como um dos prioritários ao investimento, o BNDE estabeleceu algumas diretrizes para o estímulo do setor. As metas eram, a médio prazo, alcançar autossuficiência na produção e gerar excedentes de celulose, a longo prazo, aumentar excedente exportável, implantar distritos florestais e cobrir uma área mínima de 4 milhões de hectares de plantio para abastecer indústrias do setor (PINTO, 1977).

Para o setor florestal, o Banco previu a política de pesquisa tecnológicas, atribuição do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) junto com o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) estudo para a criação de 12 distritos florestais até o ano de 1979 e mais 30 para permitir, não apenas a autossuficiência, como também a exportação de celulose. Já no setor industrial, o plano e o Banco previam a expansão de fábricas para o setor, além de fusões e incorporações e, via programa FIBASE, compra de equipamentos (PINTO, 1977).

“O CDI concedeu, em 1975, um total de Cr\$ 152.089 em incentivos fiscais e financeiros, representando 13,3% do investimento fixo dos 19 projetos apresentados àquele órgão, no setor de papel e celulose” (PINTO, 1977, p. 93).

Assim, o Quadro 1 mostra os desembolsos realizados pelo BNDES durante o período de 1967 a 1975 destinados ao setor de papel e celulose.

# Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

## Quadro 1 – Celulose e papel 1967/1975

Cr\$ MIL										
ANOS	PROGRAMAS					BNDE SUBTOTAL	FINAME	TOTAL PAPEL E CELULOSE		TOTAL(5) BNDE
	FRE	FIPEME(1)	POC	FUNGIRO(2) (PROGIRO)	FMRI(3)			Cr\$ MIL	%(4)	
1967	-	5.071	-	-	-	5.071	2.068	7.139	0,95	752.687
1968	95.640	1.873	-	-	-	97.513	2.001	99.514	10,05	990.389
1969	85.000	27.979	-	-	-	112.979	4.532	117.511	8,71	1.348.795
1970	36.960	3.150	-	6.370	-	46.480	9.226	55.706	2,99	1.864.560
1971	200.569	2.310	-	8.500	-	211.379	60.990	272.369	8,47	3.217.590
1972	-	-	-	30.000	17.890	47.890	35.878	83.768	1,72	4.869.950
1973	74.000	34.807	-	35.000	78.000	221.807	35.935	257.742	3,43	7.508.078
1974	1.518.432	24.877	43.734	12.515	58.640	1.658.198	55.661	1.713.659	8,42	20.340.838
1975	1.108.976	-	116.226	-	39.885	1.265.087	290.455	1.555.542	4,12	37.743.082

FONTE: Relatórios de Atividades - BNDE - 1971, 1972, 1973, 1974 e 1975.  
FINAME - Relatório Anual - 1974.

NOTAS: (1) - Programa em extinção, em fins de 1974, sendo substituído pelo POC.  
(2) - O FUNGIRO começou a operar em 1969, passando a PROGIRO a partir de 1974.  
(3) - O FMRI começou a operar em 1971, englobando a ação financiadora exercida pelo FUNDEPRO e FUNESPE.  
(4) - Percentual sobre o total de operações aprovadas pelo BNDE (última coluna).  
(5) - Todas as operações aprovadas pelo BNDE, incluindo FINAME.

Fonte: (PINTO, 1977, p. 92).

## 4 GOVERNOS TECNOCRATAS NO ESPÍRITO SANTO

Segundo aponta Oliveira (2017, p. 181), o projeto do Governador Christiano Dias Lopes (1967-1971) baseava-se no binômio: "racionalização administrativa e desenvolvimento".

Assim durante o mandato de Christiano Dias Lopes, a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) encomendou um estudo sobre o potencial econômico do estado do Espírito Santo (ES) (DALCOMUNI, 1990).

O resultado desse estudo foi o documento: **Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Espírito Santo** que, em linhas gerais, apontava os produtos tradicionais da região, café, cacau, madeira e o açúcar, contudo, o café, se encontravam em declínio. O documento assinalava que não havia outra saída para o estado em relação as atividades agrícolas tradicionais devido as flutuações de procura e de preços, deveria, portanto, investir na industrialização para que o estado se desenvolvesse (OLIVEIRA, 2017).

Outro estudo encomendado, ainda no governo de Christiano Dias Lopes, foi o **Potencial Florestal e Silvicultura no Espírito Santo**, para a empresa de consultoria Economia e Engenharia Industrial S/A (Ecotec) que tinha como sócio proprietário Antônio Dias Leite Junior. A Ecotec já realizava estudos de projetos de infraestrutura na década de

1950, durante o governo Jones dos Santos Neves, de prospecção da diversificação econômica para o governo estadual e para a companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Antônio Dias Leite Junior, sócio proprietário da Ecotec, participou do Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), órgão de consulta pertencente Ministério do Planejamento e Coordenação Geral que possuía a função de indicar políticas de desenvolvimento. Atuou na presidência da CVRD entre 1967 e 1969, depois assumiu o cargo de Ministro de Minas e Energia de 1969 a 1974, durante o governo Emílio Garrastazu Médici. Atuou ainda na binacional Itaipu elaborando o projeto, convencendo parlamentares a votarem a favor do projeto e o governo federal da importância do Tratado de Itaipu.

Cabe destacar que Antônio Dias Leite Junior criou a Lei nº 5.106/1966 que dava incentivos fiscais com abatimento de até 50% no Imposto de Renda para pessoas jurídicas que realizassem projetos de florestamento e reflorestamento. De acordo com sua entrevista para o Museu da Pessoa,

P/1 – O senhor já estava com a ideia?

R – Sim, por isso que eu estava pensando no assunto. E eu verifiquei que não era possível. Eu tinha que optar por um daqueles caminhos. O Doutor Bulhões é uma pessoa de uma simplicidade muito grande. Ele falou na hora: “Então escreva, manda para mim”. E eu mandei para ele, que fez lá uns retoques, mandou para o Congresso, e passou. A lei de incentivo durou mais ou menos 15 anos.

P/2 – Quais foram as propostas que o senhor apresentou para fazer o reflorestamento?

R – É uma leizinha mínima, de apenas seis artigos, mas que funcionou. Isso foi no tempo do Castelo Branco, quando o Doutor Bulhões era Ministro da Fazenda.<sup>3</sup>

Nesse sentido, cabe demonstrar o crescimento do plantio de eucalipto que a referida Lei provocava no setor de papel e celulose.

**Quadro 2 - Plantios homogêneos executados pela indústria de celulose e papel até 1980 – em ha**

Anos	Sem incentivos	Com incentivos	Total
Anteriores	39.975	-	39.975
1966	3.340	909	4.429
1967 (IBDF)	1.019	7.739	8.758
1968	2.174	19.828	22.002
1969	1.668	30.884	32.552
1970	6.890	47.719	54.609
1971	12.472	49.644	61.166
1972 (I PND)	15.155	67.668	82.823
1973	28.080	58.227	86.307
1974 (FISET/II PND/PNPC)	24.973	76.615	101.588
1975	24.412	104.093	133.505
1976	30.508	113.738	144.246
1977	41.180	70.863	112.043
1978	34.252	87.122	121.374
1979	34.295	65.572	99.867
1980	32.542	58.750	91.292
<b>Total</b>	<b>337.755</b>	<b>859.371</b>	<b>1.197.126</b>

Fonte: BARCELLOS, 2008, p. 189.

<sup>3</sup> <https://museudapessoa.org/historia-detalhe/?id=32571>



## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

---

Christiano Dias Lopes propôs reformas para o estado, criando a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (CODES), pela Lei 2.279 de fevereiro de 1967, que era uma autarquia de economia mista e “tinha como atribuição colaborar com os setores público e privado na política de desenvolvimento econômico do ES, com base na diversificação da economia ante a crise do seu principal produto, café” (OLIVEIRA, 2017, p. 185).

A FINDES, teve forte influência na implantação de natureza tecnocrata, característica emblemática do regime ditatorial. Participou ativamente do governo de Christiano Dias Lopes, seja com quadros técnicos e políticos, além de propor diversas políticas para o desenvolvimento econômico do estado. Importante destacar aqui que a FINDES indicou Arthur Carlos Gehardt dos Santos como Secretário sem pasta, durante o período de 1966 e 1967, posteriormente Gehardt se tornaria governador do estado (OLIVEIRA, 2017).

Mesmo estando em consenso com o poder central, a maioria das políticas de incentivos fiscais para o estado fora negada pelo então Ministro do Planejamento, Roberto Campos. Assim, a elite capixaba se articulou e o Clube de engenharia do Rio de Janeiro e o governo do Estado do ES e promoveram o Simpósio sobre os Problemas do Espírito Santo, em 1968. As seguintes reivindicações foram feitas a partir do evento:

- a) a necessidade de criar mecanismos de incentivos fiscais para o Estado;
- b) transformação da Cia de Desenvolvimento do Estado em Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes);
- c) a concessão de empréstimo no valor de NCr\$ 4,5 milhões pelo BNDE, para ampliação da rede de energia elétrica e subestações do Norte do Estado;
- d) constituição de uma Sociedade de Crédito Imobiliário no ES (OLIVEIRA, 2018, p. 190).

Nessa conformidade, Christiano Dias Lopes conseguiu realizar uma articulação com o governo federal, por meio de uma política de incentivos fiscais. Foi criado então um Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de preparar alguns termos de referência para o desenvolvimento econômico do estado, promover novas técnicas e buscar fontes de recursos que pudessem financiar os projetos a serem executados na região (OLIVEIRA, 2017).

Nessa conformidade, os governos estadual e federal se uniram e conseguiram criar uma série de organismos e mecanismos para dar suporte, principalmente financeiros, aos projetos de desenvolvimento econômico do ES. Foram, assim, criados: Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres), o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai) e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (Fundap) (OLIVEIRA, 2013).

Dessa forma, Christiano Dias Lopes, estabelece diversos mecanismo de incentivos fiscais para atrair empresas ao estado, como a Lei nº 2.469 que determinava bonificação de até 80% do ICMS para instalação de novas plantas industriais e projetos agropecuários. A Lei se ampliou esse abatimento no ICMS para empresas que adquirissem máquinas e equipamentos. Outra medida tomada por Christiano Dias Lopes, foi o Decreto Lei nº 880 que instituiu o Funres e se baseava na renúncia fiscal de 33,3% do Imposto de Renda e de 5% do ICMS, o qual passaria a financiar projetos industriais em nível regional (GOMES, 2011).

Cabe ainda salientar que o documento de **Diagnósticos para o Planejamento econômico do Espírito Santo** trazia quatro diretrizes, dessas vale destacar a terceira que se baseava-se na industrialização de abastecimento promovendo a agregação de valor na agricultura, e no fomento de atividades econômicas (OLIVEIRA, 2017, p. 197).

No governo Christiano Dias Lopes, se destacou a figura de Arthur Carlos Gehardt Santos que, pode ser considerado fundamental para a instalação da lógica tecnocrata em distintas instituições no ES. Teve diversos cargos na administração pública, como o cargo de diretor-presidente da CODES, que viria se tornar Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado do Espírito Santo (Bandes)<sup>4</sup>.

Assim, Arthur Carlos Gerhardt Santos, devido a seu capital social adquirido não necessariamente no meio político, mas sim em âmbito empresarial, se tornou governador biônico do estado do Espírito Santo entre os anos de 1971 e 1974. Foi responsável em conceder vultuosos subsídios para grandes empreendimentos agrícolas e industriais, não apenas com recursos do estado, mas a partir de seu “capital social” conseguia trazer investimentos de outras agências de fomentos como o BNDE (à época).

No seu governo, a tão sonhada modernização ganha ainda mais ares de concretude, se aproveitando dos investimentos exógenos, fossem eles de capitais nacionais ou estrangeiros, para aproveitar o momento histórico de maciços investimentos (OLIVEIRA, 2017). Dessa forma, o governador biônico conseguiu atrair “investimentos da ordem de 5 bilhões de dólares distribuídos entre os complexos paraquímico (indústria de celulose) e siderúrgico (usinas de pelotização), [...], também entre os complexos portuário, naval e turístico” (OLIVEIRA, 2013, p. 238)

Ao vermos no filme **Rodeados de Inimigos**, a entrevista de Artur Carlos Gehardt quando questionado pelo diretor do filme se a criação da Aracruz Celulose havia sido criada com o apoio do regime militar e o ex-governador responde que a “Aracruz foi criada com

---

<sup>4</sup><https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-carlos-gerhardt-santos>

## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

---

total suporte do governo” e ainda relembra a visita do ex-presidente Ernesto Geisel na inauguração da primeira fábrica da empresa no ano de 1978<sup>5</sup>.

Arthur Gehardt em entrevista ao Museu da Pessoa revela relações outras figuras que trabalharam no setor estatal, como BNDES e Banco Central, mostrando seus laços de proximidade com o empresário Lorentzen. Dessa maneira, quando saiu do cargo de governador do estado do Espírito Santo, assumiu o cargo de diretor na Aracruz:

desafio grande era esse: recuperar a economia do Estado. Logo no início do governo ficou claro que a Aracruz **era um projeto viável**, não mais para exportar ships de madeira, mas para fazer celulose aqui, **aí minha ligação com Dias Leite, Eliezer, Raimundo, me levaram a conhecer Lorence**. E lá pras tantas ele me pediu, eu já era governador, nós fizemos uma viagem à Escandinávia, na Suécia e Noruega para mostrar que o Governo do Estado dava apoio ao projeto desse tipo, para ajudar a trazer a Billerud que era quem tava dando tecnologia.

P/1– O senhor era Governador do Espírito Santo quando houve essa transformação da Aracruz Florestal em Aracruz Celulose e o senhor participou, acompanhou isso?

R – Acompanhei muito de perto, como eu disse a você, eu cheguei a fazer essa viagem para conversar com o pessoal da Billerud na Suécia justamente dentro do espírito de reforçar a estrutura que pudesse viabilizar a construção da fábrica. **Eu tinha dois grandes amigos no Governo Federal**, um era **Ernani Galvêas, presidente do Banco Central** e outro, era **Marcos Vianna**. Você deve ter entrevistado os dois ou vai entrevistar, porque todos dois são figuras importantes da história da Aracruz. (grifo da autora)

Quando eu tava para terminar o governo o Erlin me procurou, [...] “Arthur, quando terminar o governo você vai trabalhar na Aracruz, a gente tá querendo que você nos ajude lá.” “Tudo bem, a vida de engenheiro é essa mesmo, estamos aí para isso”<sup>6</sup>.

### 5 ARACRUZ NO ESPÍRITO SANTO

Na conformidade entre governos biônicos, elites locais sedentas por uma dinamização econômica e o regime ditatorial orquestrando as instituições de modo tecnocrático, não se podia esperar nada mais do que a instalação de um grande projeto de impacto em uma zona considerada como vazia pelo estado ou necessitada de incremento econômico.

O governo ditatorial lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em 10 de setembro de 1974 e o I Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC). O II PND estabelece critérios para a implementação desses projetos de impacto, são eles: a) localização próxima a fontes energéticas; b) disponibilidade de recursos naturais; c) a existências de “nós” de transportes. Os grandes projetos de desenvolvimento da ditadura empresarial-militar

---

<sup>5</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=E3qNpC3\\_mSE&t=286s](https://www.youtube.com/watch?v=E3qNpC3_mSE&t=286s) Direção de Erling Borgen. Ano: 2008.

<sup>6</sup> <https://museudapessoa.org/historia-detalhe/?id=26636>

deveriam estar localizados próximos a jazidas, em caso de minério ou em terras férteis agricultáveis para os projetos de agronegócio, próximos a estradas, rodovias e/ou portos para facilitar e baratear sua exportação (DALCOMUNI, 1990).

O I (PNPC) estabeleceu “distritos florestais” delimitando um zoneamento florestal de forma a nortear a concessão dos incentivos. Foi instituído o Fundo de Investimento Setoriais (FISSET) que regulava os setores da pesca, turismo e reflorestamento, somando-se a isso a Comissão de Política Florestal presidida pelo então IBDF. Esses órgãos estabeleceram diálogo constante com o BNDE, liberando vultuosos recursos para o setor de Papel e Celulose (DALCOMUNI, 1990).

Assim, o crescimento do monocultivo de eucalipto no estado tem um crescimento exponencial, como podemos ver no Quadro 3 a seguir:

**Quadro 3 - Crescimento do monocultivo de eucalipto no Espírito Santo (ha)**

Ano	Área plantada	Ano	Área plantada
1968	3.552,55	1974	67.780,74
1969	8.849,18	1975	89.642,60
1970	13.713,43	1976	106.104,54
1971	22.955,78	1977	121.781,26
1972	40.567,96	1978	129.827,61
1973	50.499,57	1979	131.356,61

Fonte: BARCELLOS, 2008, p. 217

De acordo com Juvenal e Matos (2002), a experiência da Aracruz Florestal e Aracruz Celulose, pode ser considerada emblemática porque desde seu início o BNDES financiou o projeto desde o plantio, a produção de fibra curta de eucalipto mesmo tendo um estudo negativo da International Finance Corporation (IFCI) Subsidiária do Banco Mundial. Posteriormente subsidiando a instalação da fábrica e sendo o primeiro caso de capital acionário do banco (JUVENAL; MATOS, 2002).

Cabe aqui pontuar brevemente a história da Aracruz Florestal (ARFLO) e Aracruz Celulose S. A. (ARCEL) no Espírito Santo. Evidenciar um complexo conjunto de correlações econômicas políticas e pessoais entre atores políticos ligados a ditadura militar, ao governo do estado e cargos locais com o setor agroindustrial de celulose e a empresa.

No ano de 1966, a Ecotec realizou, além das pesquisas já mencionadas, estudo sobre o mercado de celulose com o objetivo de implantar uma empresa no ramo. O resultado da pesquisa constatou o crescimento do mercado mundial de celulose a um ritmo mais acelerado do que as expectativas de expansão da produção nos países tradicionalmente produtores. Assim, logo esse resultado foi apresentado a 11 empresários que logo aderiram ao projeto

## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

---

ARFLO, eram eles: Antônio Dias leite Júnior, Erling Lorentzen, Otávio Cavalcanti Lacombi, Oliva Fontenelle de Araújo, Fernando Machado Portela, Eliezer Batista, João Maciel de Moura, Álvaro Soares, Afonso Soares, José Chagas e Renato Grajiollo.

O empresário norueguês, Erling Lorentzen, já citado era um dos associados ao IPES, que aderiu ao projeto desde o início. Em entrevista para o Museu da Pessoa, Erling Lorentzen afirma,

P/1 – Durante esse período todo de desenvolver o projeto, de tentar [encontrar] os sócios, o financiamento; quem era a equipe que o auxiliava?  
R – Tinha primeiro os sócios que estava bastante, apoiando bastante. Tinha o Leopoldo Brandão, que foi responsável pela parte florestal, e o Hernani Galdez entrou como diretor financeiro no projeto. É uma história que não sei se vocês vão poder utilizar, mas pode ser registrado entre nós: uma vez que o Dias Leite tinha sido um dos fundadores... Aliás, falando em fundadores, é importante falar em **Fernando Portela, que era o presidente do Banco Boa Vista**, na época, o **Olevar Fontenelli de Araújo, da Casas Lopes**, e mais alguns. [...] Mas o Hernani Galdez, eu tinha falado com ele para a possibilidade dele, quando ele terminava o período dele no **Banco Central**, se ele podia entrar na Aracruz. (...) Segundo, se você tem chance de ter Hernani Galdez como diretor financeiro, tem que pegar ele sem dúvida. Então eu tive um problema de não aceitar o Dias Leite e [foi] um pouco difícil, [...] <sup>7</sup> (grifo da pesquisadora)

Outro acionista da Aracruz, Fernando Machado Portella, citado na entrevista de Lorentzen, fez parte do Conselho Fiscal da Cia de Cigarros Souza Cruz, pertenceu ao Conselho de administração do Banco Finasa de Investimentos, foi diretor do Banco Boa Vista, e Diretor da Companhia Siderúrgica da Guanabara (Cosigua) compôs o conselho administrativo do BNH, banco que financiou as obras do bairro-empresa Coqueiral de Aracruz.<sup>8</sup> O Banco Boa Vista e o Banco de Crédito Municipal S.A. aparecerem na “Lista dos associados e colaboradores do IPES ligados bancos” (DREIFUSS, 1981, p. 745 e 747).

Fernando Machado Portella constava na lista de apoiadores/financiadores da APEC – Análise e Perspectiva Econômica – que era uma agência técnica que congregava empresários, técnicos e economistas. Tinha como função a publicação de assuntos ligados “a economia, empresas públicas e ao papel do capital privado no desenvolvimento do país, disseminava seus pontos de vista entre empresários, configurando a posição ideológica destes” (DREIFUSS, 1981, p. 90).

Eliezer Batista da Silva, outro sócio da Aracruz, era ligado à FINDES. O Porto de Tubarão foi idealizado no ano de 1962, durante sua gestão como presidente da CVRD. O

---

<sup>7</sup> <https://museudapessoa.org/historia-detalle/?id=35784>

<sup>8</sup> Relatório de pesquisa sobre a existência de violações de direitos operadas pelo Grupo Aracruz Celulose S/A, durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985).

porto era utilizado pela Aracruz para escoar sua produção ao exterior. Chegou a ser Ministro das Minas e Energia (1962 – 1963). Por fim, no governo de João Batista de Figueiredo (1979 - 1985), teve um segundo mandato como presidente da CVRD, permanecendo como sócio da Aracruz.

Outro destaque importante para entendermos os interesses multinacionais e associados na economia brasileira e manter relações próximas com a administração pública é a adesão do Grupo Moreira Salles ao projeto ARFLO. O Grupo era composto pelos capitais privados nacionais, Banco de Investimentos do Brasil (BIB) e o grupo Azevedo Antunes – controlador da Caemi empresa do ramo de mineração-, capitais estrangeiros através de sociedade com a empresa canadense Light and Power Company. Após sua fundação em 1966, o BIB incorporou ao seu capital a a International Basic Economy Corp. (IBEC) (BRANDÃO, 2018).

Assim como Lorentzen e Fernando Portella, também consta instituição das quais Moreira Salles tinha ou participação no capital acionário ou atuava como diretor, que possuíam “ligações econômicas e eram associados proeminentes do IPES” Rio de Janeiro (DREIFUSS, 1981, p.501). Eram elas: Credibrás Financeira do Brasil S/A; Banco do Comércio S.A.; Banco de Investimentos do Brasil e por último a União de Bancos Brasileiros que foi uma incorporação entre Agrimer ao Banco Moreira Salles (DREIFUSS, 1981 e BRANDÃO, 2018).

Ao longo da década de 1960, o Grupo durante o regime ditatorial “diante da reforma do mercado de capitais então ocorrida, decidiu sair da comercialização do café e investir nas nascentes oportunidades do mercado financeiro que então se apresentaram”<sup>9</sup>.

Após a assinatura do contrato havia duas questões a se decidir; a primeira era se a celulose seria produzida de pinus ou de eucalipto e a segunda era a escolha locacional para o empreendimento. Escolhe-se o eucalipto por ter um tempo de crescimento mais acelerado, podendo ser “colhido” antes do pinus. Segundo Dalcomuni (1990, p. 189),

Visando a determinação da localização, equipe de especialistas da Ecotec viajou por vários estados da federação, chegando ao Espírito Santo, onde estudaram de forma mais detalhada o norte do estado, sem contato prévio com as autoridades locais.

O município de Aracruz foi indicado pela Ecotec, argumentando suas condições edafoclimáticas – regime pluviométrico, recursos hídricos, a topografia da região do Norte do Estado, tendo superfícies planas ou levemente sinuosa, sendo cortada cursos d’água, a

---

<sup>9</sup> <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/joao-moreira-salles-o-patriarca/>

## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

---

proximidade com o porto e a capital. Essas condições gerariam uma melhor produtividade se comparado a outras localidades e retorno/crescimento rápido do eucalipto (ACSELRAD, 2007).

Outros aspectos contaram para a escolha locacional, como a proximidade com o mar, pois desde o início do projeto Aracruz contava com a exportação de cavacos de madeira. Contou ainda com abertura da BR. Cabe frisar que a Ecotec possuía 21.040 de hectare de terras na região (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1991).

No ano de 1967, Erling Lorentzen, cria a Aracruz Florestal, com incentivo fiscal baseado na lei nº 5.106/66, além de contar com financiamento público do BNDE. Vale a pena o destaque que, no mesmo ano de sua criação, a empresa inicia o plantio de eucalipto e se beneficia dos subsídios oferecidos pela Lei 5.106 (BRASIL, 1966) e pelo financiamento do BNDES. No ano seguinte, a empresa consegue acessar os recursos do Programa de Diversificação do IBC/GERCA, que viabilizou uma quantia de NCr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros novos), para aquisição de maquinários de plantio (BARCELLOS, 2008).

Assim, temos uma série de políticas econômicas que alavancaram o setor ampliando: i) o plantio de eucalipto; ii) aumento da produção do setor; iii) estabelecimento de empresas do ramo, como Aracruz e Suzano. De acordo com Juvenal e Mattos (2002), o BNDES investiu entre 1967-68 cerca de R\$ 100 milhões no setor (JUVENAL; MATTOS, 2002).

No ano de 1972, a partir da contratação da Sandwell pertencente ao grupo Billerud (Suécia) e da Jaakko Pooyri (Finlândia), é criada a Aracruz Celulose S.A. (ARCEL) se constituindo então a partir daí como uma holding, convertendo-se a Aracruz Florestal numa subsidiária do Grupo Aracruz (GOMES, 2011).

No ano de 1974, a Aracruz adquire da CVRD o Porto de Barra do Riacho, o Portocel, por meio da resolução 1.707.4/74 do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), contudo este só é inaugurado com início das atividades portuárias, incluindo a exportação de celulose branqueada a partir de 1978. Em 1985 ocorreu a privatização do Porto, ficando a Aracruz com 51% e a Cenibra com 49%.<sup>10</sup>

Dessa maneira, o Grupo Aracruz passa a ser composto por cinco empresas, eram elas:

Aracruz Celulose (responsável pela produção industrial, é a “holding” do sistema); Aracruz Florestal (responsável pela pesquisa florestal, manejo e

---

<sup>10</sup> <https://www.portocel.com.br/a-portocel/linha-do-tempo/>

fornecimento de madeira): Aracruz International e Aracruz Trading (sediadas no exterior, responsáveis pelo apoio aos negócios externos e desenvolvimento de novos mercados); Portocel (encarregado da administração do terminal portuário de Barra do Riacho, de sua propriedade em associação com a C.V.R.D.); Aracruz Corretora de Seguros (que presta serviços às demais empresas do grupo, agenciando seguros) (DALCOMUNI, 1980, p. 5).

No ano de 1973, a ARCEL solicitou ao BNDES apoio financeiro para a implantação da planta da fábrica “A”, destinada a produção de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, inteiramente voltada para a exportação e com a capacidade de produção de 400 mil toneladas por ano. O projeto foi aprovado pelo banco em 1974 e previa um investimento US\$ 400 milhões para a obra e a criação de 660 empregos na fábrica e 1000 na floresta (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1991).

O banco sugeriu uma maior participação dos acionistas nacionais, com o objetivo de manter a Aracruz sob o controle nacional, contudo não foi bem-sucedido. Assim, acabou assumindo o controle acionário da empresa e sua composição acionária ficou distribuída da seguinte forma: BNDES com 38,17%; Cia. Souza Cruz Ind. E Com. com 12,20%; Grupo Lorentzen com 12,67%; Billerud com 5,32%, Grupo Moreira Salles com 9,53% e outros acionistas com 22,11% (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1991).

Outro empreendimento foi a construção do bairro-empresa de Coqueiral de Aracruz, tendo sua subsidiária Santa Cruz Urbanizadora S/A como encarregada da construção. O bairro, localizado em Barra do Riacho, era destinado a abrigar trabalhadores empresa. No início dos anos 1990 a empresa continua sua expansão com a Fábrica “B” (1991), tendo mais uma vez financiamento do BNDES, com a quantia de US\$ 1.040.280,00. Ampliando, dessa forma sua produção de celulose de 491.00 t/ano para 1.100.000 t/ano. Dessa vez, a atuação partiu do BNDES-Par como um dos acionistas com 12% do capital social da empresa (DALCOMUNI, 1990).

De acordo com Gilsa Barcellos (2008), o complexo da empresa Aracruz e suas subsidiárias conseguiram inúmeros financiamentos BNDES entre o período de 1974 a 2003, conforme valores mostrados no Quadro 4.

**Quadro 4 -Recursos do BNDES repassados para a ARCEL até o ano de 2003**

**(US\$, Cr\$, R\$)**



## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

Ano	Valor	Ano	Valor
1974 <sup>247</sup>	US\$44 milhões	1978	Cr\$ 280 milhões
1974	Cr\$ 867 milhões	1978	Cr\$ 186 milhões
1975	Cr\$ 429 milhões	1978	US\$ 10 mil
1975	Cr\$ 110 milhões	1978	US\$ 15 mil
1976	Cr\$ 85 milhões	1979	Cr\$ 88 milhões
1976	Cr\$ 90 milhões	1980	US\$ 25 milhões
1977	Cr\$ 31 milhões	1980	US\$ 10 milhões
1977	Cr\$ 11 milhões	1988	Cr\$ 27.965 mil
1977	US\$ 20 milhões	1990	US\$ 1.04 milhões Fábrica B
1977	US\$ 40 milhões	2001	R\$ 666,3 milhões Fábrica C
1978	Cr\$ 457 milhões	2003	US\$ 546 milhões Fábrica Veracel
-	-	2004	US\$100 milhões (Aracruz Trading S.A.)

Fonte: BARCELLOS, 2008, p. 225.

### 6 VIOLAÇÕES DE DIREITOS

A escolha locacional do empreendimento do modelo de agricultura do agronegócio, teve diversos fatores. O primeiro, diz respeito a aspectos sociais e políticos sobre a origem das terras, pois pertenciam a comunidades indígenas e de trabalhadores negros rurais – à época não existia a figura jurídica de quilombolas, vindo a existir apenas com o artigo 68 da Constituição Federal de 1988. Constituindo assim um quadro de baixo poder de negociação e resistência, por parte das populações tradicionais e levando suas terras, serem consideradas como terras devolutas e sofrendo então um processo de despossessão sendo, em grandes medidas, doadas para a Aracruz (ACSELRAD, 2007).

De acordo com Barcellos (2008), as comunidades indígenas da região compunham cerca de 37 aldeias, compreendendo uma extensão de 40 mil hectares.

Os Tupiniquim integram a família Tupinambá que, tradicionalmente, se localizou na costa brasileira. Parte deles, ainda na pré-conquista, se fixou na região entre Espírito Santo e Bahia. Desde então, estabelece uma relação histórica – física e simbólica – com o seu território, hoje reduzido a uma área de dezoito mil hectares no Estado capixaba (BARCELLOS, 2008, p. 145-146).

Esse processo de grilagem das terras de interesse do grupo Aracruz. Encontramos relatos surpreendentes acerca de ameaças a moradores da região. Um deles vem do jornalista Rogério Medeiros, fundador de um dos únicos jornais independentes que circulam até hoje pelo estado, de quando era mais jovem. Em reportagem publicada em site em 2010<sup>11</sup>, ele

<sup>11</sup> <http://capixabafeelings.blogspot.com/2010/12/o-sertao-bravo-capixaba.html>

conta sobre o susto que tomou ao se deparar na estrada, em torno da aldeia dos índios Tupiniquim, município de Aracruz, no ano de 1965, com o famoso major Orlando Cavalcanti, um dos integrantes mais aguerridos do Sindicato do Crime<sup>12</sup>.

Outro método terrorista empregado por Orlando para pressionar os índios a abandonarem o seu território era o de abrir suas execuções à vista deles. Ele levava as vítimas, que trazia de outros lugares, para que os índios pudessem apreciar um ritual macabro desde a vítima cavando a própria sepultura até a sua execução, indiferente à insanidade da morte<sup>13</sup>.

Assim, no ano de 2002, foi Instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). A CPI descobriu diversos acordos entre funcionários Aracruz. Os tratos davam-se da seguinte maneira, os funcionários reivindicavam a posse de uma determinada área como “agricultores”, valendo-se da Lei Delegada número 16/67, conseguiam a posse e posteriormente vendiam ou doavam à empresa.

De acordo com Loureiro (2006), baseada na CPI da Aracruz Celulose (2002), a empresa utilizou de “testas de ferro”, para solicitar as terras no processo de esbulho terras indígenas e remanescentes de quilombos. Ao longo dos documentos da CPI (2002) pode-se verificar relatos de moradores mais antigos registrando a recorrência de nomes como coronel “Argeu”, tenente Merçon e Benedito Braulino, este mais conhecido como Pelé. Muitos desses requeriam as terras consideradas devolutas e repassam para a Aracruz Florestal, em alguns casos em questão de dias.

Nesse processo, foram apropriadas imensas áreas tanto de terras indígenas, quanto quilombolas. Eram adquiridas por terceiros e repassadas para a Aracruz. Como consta na CPI (2002), podemos citar as seguintes empresas com suas respectivas áreas de terras: Brasil-Leste Agroflorestal – BLASA com 4.172,37 hectares, a Santa Cruz Urbanizadora com 655,79 hectares e pôr fim a ECOTEC com 21.040 hectares que no ano de 1978 é incorporada ARCEL, conforme consta na CPI (2002).

Outro ponto levantado pela CPI (2002) era a tática de oferta de emprego que a empresa utilizava para barganhar com os habitantes locais. (CPI, 2002 e LOUREIRO, 2006) Acselrad (2007) aponta que alguns indígenas entrevistados afirmaram que para conseguirem

---

<sup>12</sup> O Major Orlando Cavalcanti era um agente público que liderava uma organização paramilitar, que dentre outras, que amedrontava comunidades tradicionais com a finalidade de que elas saíssem de suas terras, segundo os critérios das novas leis (5.106/66) então vigentes, viabilizando a compra de terras consideradas devolutas. “Era comum no interior a figura do “jagunço”, que em muitos casos formava com agentes públicos verdadeiras quadrilhas. Na década de 50, 60, segundo registro da própria imprensa falava-se em “sindicato do crime”, que atuava nessa área de crime de mando” ANJOS (2008)

<sup>13</sup> Idem

## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

---

emprego na Aracruz não poderiam mencionar a etnia indígena. No ano de 1978, reportagem d'A Tribuna relata que havia cerca de 500 Tupiniquins subempregados nas obras da fábrica (LOUREIRO, 2006).

Alguns anos após o encerramento da CPI (2002), o Ministério Público Federal do Espírito Santo propôs uma Ação Civil Pública nº 0000693-61.2013.4.02.5003 contra o Grupo Aracruz, atual Suzano S/A, o BNDES e o Estado do Espírito Santo. Tinha como objeto a declaração de anular os processos de doação de terras – um total de 5.938 hectares - que foram feitos de forma fraudulenta por terceiros e doados à empresa, além de proibir que o banco continuasse a financiar qualquer tipo de recursos à empresa. No ano de 2015, o MPF/ES acrescentou outra ACP a primeira de número 0104134-87.2015.4.02.5003/ES, com mais 30 propriedades perfazendo um total de 5.601,7 hectares.

Assim, o magistrado baseado nas provas presentes na: CPI (2002), nos relatos de ex-funcionários da empresa e na legislação, apurou

irregularidades no licenciamento de plantios envolvendo a presença da Aracruz Celulose, atualmente FIBRIA. Apurou-se a ocupação irregular em terras devolutas habitadas por descendentes de escravos (quilombolas) em São Mateus e Conceição da Barra<sup>14</sup>.

Já na ACP de 2013 o juiz decide:

- b) CONDENAR o Estado do Espírito Santo, consoante determina o art.68 do ADCT e Lei estadual 5623, a titular as terras devolutas que reverteram ao patrimônio público estadual em virtude da declaração de nulidade, ocupadas tradicionalmente por remanescentes das comunidades de quilombos.
- c) CONDENAR o BNDES a não conceder financiamentos à FIBRIA S/A destinados ao desenvolvimento de atividades nas terras públicas objeto da presente demanda.
- d) CONDENAR a FIBRIA S/A ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), com incidência de juros de mora e correção monetária a conta da data desta sentença, com base no Manual de Cálculos da Justiça Federal, valor este que deverá ser destinado ao Fundo de Direitos Difusos.

Nas duas sentenças proferidas pelos juízes, a empresa Aracruz Celulose, atual Suzano S/A continua a apresentar recursos com a intenção de retardar o a decisão final ou conseguir algum tipo de atenuação delas.

## 7 CONCLUSÃO

---

<sup>14</sup> Sentença do processo 0000693-61.2013.4.02.5003/ES

O primeiro ponto e, um dos fundamentos que constituem o presente artigo, foi a constituição de um aparato técnico administrativo dentro da máquina estatal no período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), para privilegiar a inserção do capital internacional no mercado brasileiro.

O segundo ponto atestado foi a ligação entre as associações e conselhos de classe empresariais, como o Complexo IPES/IBAD, e os órgãos públicos, como BNDES. O trânsito e ligações, muitas delas interpessoais, entre os cargos públicos como diretor(es) do Banco Central e governadores biônicos e as empresas para atender os interesses do capital associado e multinacional.

O aparato estatal favorecendo o Grupo Aracruz (atual Suzano S/A). Esse favorecimento, se deu a partir de ligações entre figuras que ocupavam cargos públicos e o empresariado, de criações de leis e outros mecanismos que promoveram o crescimento da empresa, do processo fraudulento na aquisição de terras para primeiro o plantio de eucalipto, depois a utilização de mão-de-obra indígena e quilombola subempregada ou empregada de modo precário.

O caso Aracruz considerado pelo BNDES como emblemático para alçar uma área considerada decadente, recordando os diagnósticos acerca da derrocada do café na região. O regime ditatorial promoveu uma modernização específica que excluía as populações tradicionais do estado do Espírito Santo, privilegiando a monocultura de eucalipto, a agricultura capitalista no meio rural, e um modelo de agroindústria baseado no agronegócio.

Assim, a chegada da empresa com o plantio e, posteriormente, a instalação das plantas industriais levariam a modernização por meio do capital associado entre 1) Estado, com a estrutura político-administrativa como sistemas bancários, governo estadual, planos para incentivos de instalação de empresas no sul global; 2) empresas nacionais muitas dessas atuando como terceirizadas ou similares; 3) associações de classe empresariais nacionais que estavam ligadas, em muitos casos com empresas estrangeiras e, por fim, 4) empresas multinacionais que aproveitaram do momento histórico e dos arranjos econômicos e políticos do Brasil durante o regime autoritário.

Houve uma série de violações de direitos humanos, como o esbulho de terras, perseguições, ameaças entre outros. A retirada de populações tradicionais de seus territórios ancestrais culminando na morte social/cultural dessas cosmologias, posto que essas populações possuem lógicas distintas nos seus modos de vida e na sua relação com a terra, diferente da lógica do capital.

## Os efeitos da expansão do capital associado no norte do Espírito Santo: Complexo Aracruz Celulose

---

Por último, contudo, seria as formas de resistências desses povos frente a todos os processos espoliação que sofreram ao longo de mais de cinco décadas e continuam sofrendo e, ainda, assim permanecem como podem no território.

### REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia**: uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. Recife (PE): SBS/ UFPE, 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). Ação Financiadora do BNDE em 1966. **Revista do BNDE**, v. 3. n. 1/4, p. 47-68, jan./dez. 1967.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). **BNDES**: um banco de história e do futuro. Texto de Márcia de Paiva. São Paulo: BNDES, 2012.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). **O setor de celulose e papel**: 50 anos: Histórias Setoriais. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL Departamento de Relações Institucionais (Brasil). 1991. **A participação do Sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Relações Institucionais – DERIN, 1991.

BARCELLOS, Gilsa Helena. **Desterritorialização e r-existência tupiniquim**: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da ARACRUZ CELULOSE. 2008. 426 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Moura. **EMPRESARIADO E DITADURA NO BRASIL: O CASO DOS BANQUEIROS**. Anais do Encontro Internacional e XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. UFF. Niterói. Jul. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modelo Exportador de Manufaturados e Crescimento no Regime de 1964. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, v. 10, p. 336-367, 2013.

DALCOMUNI, Sônia Maria. A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo: principais interesses em jogo. 1990. 258 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1990.

DREIFUSS, Renè Armand. 1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981

GOMES, Helder. A viabilização da Aracruz Celulose pelo Estado Brasileiro. In. ARACRUZ CREDO, 2011.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. São Paulo. Expressão Popular, 2019.

JUVENAL, Thais Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. O setor de celulose e papel. In: SÃO PAULO, Elizabeth Maria de; KALACHE FILHO, Jorge. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais. Rio de Janeiro: Dbá, 2002. p. 46-76.

LOUREIRO, Klítia. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. **Revista Ágora.**, n. 3, p.1-32, 2006.

MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os Economistas.** São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 1997. (RELATÓRIO DE PESQUISA; n° 3).

OLIVEIRA, Ueber José de. Elites políticas e transformações econômicas no Espírito Santo: da crise do café à criação do FUNDAP. **Revista Expedições: teoria da história e historiografia**, Mourrinhos (GO), v. 8, n. 3, p. 173-200, dez. 2017.

OLIVEIRA, Ueber José de. Federal de São Carlos. São Carlos. **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 8. n.3, set./dez. 2017.

PINTO, Lilian Ferreira. Papel para imprensa periódica. **Revista do BNDES**, n. 2, p. 59-96, jul./dez. 1977

Texto submetido em 30.04.2022.  
Aceito para publicação em 25.07.2022.